



A carga fiscal na Região Norte

O Porto Canal e a Ordem dos Contabilistas Certificados organizaram no passado dia 6 de julho uma conferência sobre a carga fiscal na Região Norte e os respetivos efeitos nas autarquias e nas empresas. O vice-presidente executivo da AIMMAP, Rafael Campos Pereira, participou num painel sobre a perspetiva das empresas, o qual contou ainda com as intervenções de Paulo Vaz, diretor-geral da ATP, e Duarte Faria, Administrador da FRULACT.

Rafael Campos Pereira começou por enfatizar o facto de o setor metalúrgico e metalomecânico ter um peso decisivo nas exportações portuguesas, assumindo pois um papel estruturante na economia portuguesa. Nesse contexto, fez referência ao facto de o setor em causa ter exportado em 2015 quase 14,7 mil milhões de euros, o que representou cerca de uma terça parte das vendas ao exterior de toda a indústria transformadora nacional.

Realçou, por outro lado, que a grande



maioria das empresas do setor se encontra concentrada no eixo Braga-Porto-Aveiro, revestindo-se assim o mesmo de uma enorme importância na Região Norte.

Quanto à questão da fiscalidade, sublinhou que a mesma é um constrangimento da atividade das empresas

portuguesas em geral e das empresas nortenhas em particular. Muito concretamente, lamentou a falta de estabilidade e de previsibilidade da legislação fiscal, o que, em seu entendimento, prejudica a atração de investimento e a competitividade das empresas exportadoras. Para além disso, verberou a evidente

opacidade da legislação fiscal, lamentando que, também por causa disso, as empresas portuguesas nunca possam antecipar com um mínimo de rigor o que vão pagar no ano seguinte a título de impostos. A esse respeito, chamou a atenção para o caráter verdadeiramente perverso das tributações autónomas.

O vice-presidente da AIMMAP aproveitou ainda a oportunidade para lamentar o percurso errático dos sucessivos governos em matéria de políticas fiscais. Conforme disse, tal comportamento dos governos potencia de forma preocupante a instabilidade e a imprevisibilidade. A título de exemplo, lembrou o facto de o atual Governo ter recuado no processo de alteração ao Código do IRC, sendo em causa as posições anteriormente assumidas pelo Partido Socialista quando se encontrava na oposição. Conforme disse, a reversão das alterações ao CIRC têm um efeito muito negativo na imagem e na credibilidade do próprio país.